

Cuidadores e monitores escolares passam por capacitação profissional

Cerca de 250 servidores que atuam como cuidadores e monitores, na rede municipal de ensino de Ji-Paraná, passam por capacitação para atuar nas unidades escolares e no transporte de estudantes. A formação iniciou, na quarta-feira (15), no Auditório Leila Barreiros, e encerra amanhã (17).

Página 04



Setores atingidos por tarifaço dos EUA terão novo plano de socorro Página 07

A Gazeta de Rondônia

agazetaderondonia.com.br

32 Anos



Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 5074 - Rondônia, fim de semana, 18, 19 e 20 de Julho de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Polícia Civil deflagra Operação Capão da Onça contra grupo criminoso em Rondônia

Ação da Draco 2 mira associação acusada de grilagem, crimes ambientais e invasão de terras em Nova Brasilândia D'Oeste. Página 05

2

Propostas para fortalecer o agro avançaram no Senado no semestre



Foto: Divulgação

Versão Digital
agazetaderondonia.com.br

VOCÊ É A NOSSA NOTÍCIA!

Tem algo importante, curioso ou que merece ser visto por todos?

ENVIE PARA A GAZETA E NÓS DIVULGAMOS!

Aqui, a sua voz tem vez. Sua informação pode virar notícia e ajudar a transformar a realidade da nossa comunidade.



Entre em contato com a nossa redação:

WHATSAPP 69 99338-0808

Sua sugestão pode fazer a diferença!

Tudo que você envia pode ser publicado no site A Gazeta de Rondônia e nas nossas redes sociais!



Propostas para fortalecer o agro avançaram no Senado no semestre

Do teor mínimo de cacau no chocolate ao crédito à produção para enfrentar a instabilidade mundial, no primeiro semestre de 2026 o Senado avançou na análise de propostas voltadas ao fortalecimento da agropecuária, com impacto direto na vida dos brasileiros.

Entre os destaques também estão medidas de proteção ao extrativismo e à agricultura sustentável, a valorização das cadeias produtivas e o combate ao desperdício de alimentos.

Cacau no chocolate

Uma das propostas de maior repercussão aprovadas pelo Senado foi o PL 1.769/2019, de autoria do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), que estabelece percentuais mínimos de cacau nos chocolates e derivados. O projeto foi sancionado pelo Executivo e transformado na Lei 15.404, de 2026.

A nova lei valoriza a cadeia produtiva do cacau, combate práticas que prejudicam produtores e consumidores e fortalece uma atividade estratégica para estados como o Pará, um dos maiores produtores do país.

— O balanço deste semestre demonstra que, quando há diálogo e compromisso com o setor produtivo, é possível construir soluções concretas para quem trabalha, produz e gera riqueza — disse à Agência Senado Zequinha Marinho, que é presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Zequinha destacou ainda a aprovação de um projeto de lei do senador Wellington Fagundes (PL-MT) que concede seguro-desemprego para extrativistas vegetais durante o período em que a atividade estiver proibida ou impedida pelo poder público. O PL 3.670/2020 aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— É uma iniciativa que garante proteção a trabalhadores que muitas vezes não dispõem de outra fonte de renda. É uma conquista para a Amazônia, para os extrativistas e para todos que defendem o uso sustentável dos nossos recursos naturais — afirmou Zequinha Marinho.

Crédito à produção

O fortalecimento da atividade agropecuária também passou pela adoção de medidas de apoio financeiro. O Senado aprovou a concessão de até R\$ 15 bilhões em linhas de crédito para empresas exportadoras e da agroin-

dústria afetadas por medidas comerciais unilaterais e por instabilidades no cenário internacional. A medida consta do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 7/2026, originado da Medida Provisória (MP) 1.345/2026. A matéria foi encaminhada à sanção presidencial.

A medida dá continuidade às ações adotadas desde 2025 para enfrentar os impactos do aumento de tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. Para isso, fica autorizada a utilização do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) para respaldar operações de crédito. O texto aprovado amplia o alcance da medida, ao incluir entre os beneficiários as empresas dos setores da agricultura, da pecuária, das florestas plantadas, da pesca, da aquicultura e dos recursos minerais. Cooperativas e associações também poderão acessar as linhas de financiamento.

O Senado também aprovou o PL 5.122/2023, que cria mecanismos para a renegociação das dívidas dos produtores rurais. O texto foi encaminhado para apreciação da Câmara dos Deputados. Para Zequinha Marinho, a proposta fortalece a capacidade de recuperação do setor diante das dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais.

— Em um cenário marcado por eventos climáticos extremos e dificuldades de crédito, essa proposta representa um importante instrumento para preservar a atividade produtiva, manter empregos e garantir segurança alimentar à população — afirmou.

Seguro-defeso

Outro avanço do semestre foi a sanção da Lei 15.399, de 2026, originada da MP 1.323/2025, que estabelece novas condições de cadastro e identificação para evitar fraudes no pagamento do seguro-defeso, benefício destinado aos pescadores artesanais durante o período em que a pesca é proibida para a reprodução das espécies.

A norma prevê a adoção de identificação biométrica e a inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) como requisitos para o acesso ao benefício, além de autorizar o uso de bases de dados oficiais, como as do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), para a verificação das informações.

Agricultura sustentável e regenerativa



Além das medidas de apoio ao setor produtivo, o Senado também discutiu propostas voltadas à sustentabilidade da atividade agrícola. Entre elas está o PL 1.348/2024, da ex-senadora Janaína Farias, que inclui o estímulo ao uso de bioinsumos entre os objetivos da Política Agrícola e da Política Nacional da Agricultura Familiar. Já aprovada na Comissão de Meio Ambiente (CMA), a proposta aguarda votação na CRA.

Bioinsumos são produtos de origem biológica que podem substituir ou complementar insumos químicos, promovendo o crescimento das plantas, a saúde do solo e o controle sustentável de pragas e doenças. O projeto prevê incentivos aos produtores que adotarem esses insumos, além de linhas de crédito para financiar sua utilização.

Também em tramitação está o PL 1.787/2025, do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), que institui a Política Nacional de Fomento à Agricultura Regenerativa. A proposta incentiva práticas como recuperação do solo, da água e da biodiversidade, manejo agroflorestal, uso de bioinsumos e recuperação de áreas degradadas, com o objetivo de tornar os sistemas produtivos mais resilientes às mudanças climáticas. Aprovado pela CMA, o projeto aguarda designação de relator na CRA.

Combate ao desperdício

Os senadores também aprovaram um projeto de lei que amplia ações de combate à perda e ao desperdício de alimentos. O PL 3.209/2024, do senador Jader Barbalho (MDB-PA), conta com parecer favorável da CRA e seguirá para a Comissão de Assuntos So-

ciais (CAS), onde será analisado em decisão final.

O texto prevê a criação de planos municipais de redução do desperdício de alimentos e regras específicas para supermercados, mercados e estabelecimentos afins, como a oferta de produtos próximos ao vencimento a preços reduzidos e a formalização da doação de excedentes.

Calcário e fertilizantes

O incentivo à produção agrícola também passou por mudanças na área tributária e mineral. Um dos destaques é o PL 3.591/2019, do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), que reduz de 1% para 0,2% a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) incidente sobre o calcário destinado ao uso agrícola, na preparação do solo. O projeto altera a Lei 8.001, de 1990, que define os percentuais de distribuição da CFEM. A proposta foi aprovada pela CRA em março e aguarda designação de relator na CMA.

O PL 699/2023, que institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert), encontra-se na pauta do Plenário do Senado para nova análise. O projeto do senador Lacerício Oliveira (PP-SE) foi encaminhado à Câmara dos Deputados.

O projeto concede uma série de benefícios tributários para incentivar a produção de fertilizantes no país. A proposta promove a construção de novas fábricas de produção de fertilizantes no Brasil ou a expansão e modernização das atuais, com isenção de tributos federais.

De acordo com o autor do projeto, o Brasil é o quarto maior

mercado consumidor de fertilizantes do mundo, mas importa mais de 80% do que consome. A pandemia de covid-19 e a guerra da Ucrânia evidenciaram, segundo ele, os problemas relacionados ao suprimento por meio de importação.

Serviços ambientais e IR

Outra iniciativa voltada à produção sustentável é o PL 3.784/2024, do ex-senador Bene Camacho, que inclui a prestação de serviços ambientais entre as atividades rurais para fins de apuração do Imposto de Renda. Aprovado na CRA, o projeto aguarda designação de relator na CMA.

A proposta altera a Lei 8.023, de 1990, para reconhecer como atividade rural ações de proteção de ecossistemas, recuperação de áreas degradadas e reflorestamento. Com isso, produtores que optarem pelo regime simplificado de tributação poderão deduzir da receita bruta das despesas operacionais com esses serviços na apuração do imposto.

Café na Amazônia

Na linha de fortalecimento da produção agrícola, o Senado aprovou o PL 3.761/2025, do senador Sérgio Petecão (PSD-AC), que cria o Selo Verde Café Amazônia. A certificação será concedida a agricultores e cooperativas que cultivem café na região e comprovem regularidade ambiental e trabalhista. Além disso, os produtores deverão adotar sistemas produtivos sustentáveis, preservando a cobertura vegetal e a função ambiental das áreas cultivadas. O texto foi remetido à Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado



São Paulo e Santa Catarina sofrem 52% do impacto do tarifaço dos EUA

Os estados de São Paulo e Santa Catarina concentram 52% do impacto do mais recente tarifaço anunciado pelos Estados Unidos (EUA) contra o Brasil. Dos US\$ 7,4 bilhões em vendas afetadas pelas tarifas de 25%, US\$ 3 bilhões têm origem em São Paulo.

O estado economicamente mais forte do país concentra, sozinho, 41,6% do total do valor das exportações afetadas. Isso representa 20% de exportações paulistas aos EUA. Considerando o total das exportações afetadas,

Santa Catarina tem uma situação mais crítica, com 68% das exportações aos EUA afetadas.

Os dados são da ApexBrasil, a Agência Brasileira para Promoção de Exportações e Investimentos, ligada ao Ministério de Desenvolvimento, Comércio e Indústria (MDCI). A agência anunciou um plano de R\$ 130 milhões para auxiliar essas empresas a diversificarem seus mercados.

O setor madeireiro do Paraná também deve ser muito afetado. Isso porque 30% das importações

de madeira dos EUA vem do Brasil. Desse total, 66,7% tem origem no Paraná.

“Isso é ruim para as empresas do Paraná que trabalham com esse setor. Isso é ruim para quem importa madeira nos (EUA). Isso é ruim para a construção civil de lá, para quem vai comprar casa. Ou seja, isso tem impacto na inflação americana”, comentou o presidente da ApexBrasil Laudemir Müller.

Ontem, o Escritório do Representante Comercial

dos EUA (USTR, na sigla em inglês) confirmou uma tarifa adicional de 25% em parte dos produtos brasileiros alegando supostas práticas “desleais” no comércio por parte do Brasil.

O governo brasileiro rejeita as justificativas usadas para a taxação. As novas tarifas passam a valer a partir do dia 22 de julho e deve afetar 19,2% do total exportado ao país norte-americano.

Granito

Além da madeira, os EUA também é um grande importador de granito

do Brasil, produto que entrou no tarifaço. Dados da ApexBrasil apontam que 36% do granito importado pelos EUA veem do Brasil. O material é usado na construção civil.

“Não há como, de uma hora para outra, o americano, que tem 30% do seu suprimento de madeira do Brasil para construção, buscar em outro local. Não tem como buscar granito em outro local com essa dependência de 36%”, comentou o presidente da ApexBrasil, Laudemir Müller.

Fonte: Agência Brasil

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO

Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO

Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias

CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878

Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE

Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO

Rua Açaí, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME

BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,
editais, licenças ambientais e outros:
editagalagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Filiado a:



Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia

Cuidadores e monitores escolares passam por capacitação profissional

Cerca de 250 servidores que atuam como cuidadores e monitores, na rede municipal de ensino de Ji-Paraná, passam por capacitação para atuar nas unidades escolares e no transporte de estudantes. A formação iniciou, na quarta-feira (15), no Auditório Leila Barreiros, e encerra amanhã (17).

De acordo com o secretário municipal de Educação, Robson Casula, apenas oferecer os serviços de cuidadores e monitores escolares, tanto nas escolas quanto no transporte de transporte de alunos, não preenche o padrão de atendimento determinado pelo prefeito Affonso Cândido (PL).

“Cuidadores e monitores são essenciais no processo educacional de inclusão que a Secretaria de Educação de Ji-Paraná [Semed] implantou, desde o começo do ano letivo. Esta formação de três dias, e outras virão, é para

lembrá-los da importância deles nesta corrente que é oferecer um ensino de qualidade e inclusivo”, admitiu Robson Casula.

Na quarta-feira (15), o procurador do município, advogado Armando Reigota Filho, palestrou sobre os “Princípios constitucionais da administração pública [9h] e os Poderes e deveres do administrador público [10h30]”.

Na quinta-feira (16), o bullying (conjunto de agressões físicas, verbais, psicológicas ou virtuais (cyberbullying), feitas de forma intencional e repetitiva contra um indivíduo (estudantes) que não consegue se defender foi exposto, às 8h30, aos participantes por uma equipe de multiprofissionais da Semed.

Na palestra seguinte (9h15), “Comportamento diferentes; o que fazer na prática”, a psicóloga



Débora Fernanda esclareceu aos colaboradores que “compreender o comportamento é o primeiro passo para transformar a realidade escolar”, que exige um olhar atento às necessidades individuais de cada aluno.

Para o superintendente de Inclusão e Transtorno do Espectro Autista (Suptea), Ageu Lacerda, a Semed busca, continuamente, a capaci-

tação dos servidores. Segundo ele, melhorar e ampliar a inclusão nas escolas de Ji-Paraná é uma das metas. “Esses estudantes pedem e necessitam de uma atenção especial, seja no transporte ou em sala de aula, por isso, estamos comprometidos em fazer com que eles [cuidadores e monitores] se sintam parte deste processo”, frisou.

Na sexta-feira (17), no

encerramento, ocorrem as palestras sobre “Primeiros-socorros e Queimaduras”, que apresentam técnicas de avaliação e procedimentos para manter as vítimas seguras até a chegada de atendimento. A formação será apresentada por integrantes do 2º Grupamento do Corpo de Bombeiros Militar de Ji-Paraná.

Texto: Jairo Ardull

Fotos: Jefferson Baltar

Medida provisória libera R\$ 13 bi para crédito agrícola e Desenrola Adimplentes



O governo federal liberou, por meio de medida provisória, R\$ 13,285 bilhões para financiar diversas ações. Entre elas, o financiamento de novas tecnologias no campo, subvenções a produtores de cana-de-açúcar no Nordeste e crédito

para beneficiários do programa Desenrola Adimplentes.

O crédito extraordinário foi assinado pelo presidente da República e publicado nesta quinta-feira (16) no Diário Oficial da União (DOU). A MP 1.377/2026 destina os recursos para as seguintes

finalidades:

financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico de produtores rurais, com foco na adoção de novas tecnologias, ampliação da produtividade e modernização da produção: R\$ 9 bilhões;

financiamento a beneficiários do programa Desenrola Adimplentes: R\$ 3 bilhões;

financiamento a beneficiários adimplentes do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies): R\$ 1 bilhão;

subvenção econômica concedida pela MP 1.374/2026 aos produtores independentes de cana-de-açúcar da Região Nordeste prejudicados pela tributação adicional imposta pelos Estados Unidos ou por eventos climáticos extremos: R\$ 270 milhões;

contribuição voluntária, por intermédio da Advocacia-Geral da União, à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH): R\$ 15 milhões.

Com a publicação da

medida provisória, o crédito extraordinário passa a produzir efeitos imediatamente, enquanto o Congresso Nacional analisa a norma. Se aprovada, a MP se converte em lei, o que mantém o valor disponível ao Poder Executivo durante o ano. Caso contrário, o governo federal dispõe do valor apenas durante o tempo de vigência da norma.

Dos recursos liberados pela medida provisória, R\$ 13,270 bilhões correspondem a valores previstos no PLN 17/2026, já aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e pendente de deliberação em sessão conjunta do Congresso Nacional, ainda sem data marcada.

Fonte: Agência Senado

Polícia Civil deflagra Operação Capão da Onça contra grupo criminoso em Rondônia

A Polícia Civil do Estado de Rondônia deflagrou na manhã desta sexta-feira (17) a Operação Capão da Onça, com o objetivo de desmantelar uma organização criminosa armada que atua na invasão de propriedades rurais. A força-tarefa, coordenada pela 2ª Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (Draco 2), cumpre 18 mandados de busca e apreensão contra 17 investigados e uma pessoa jurídica, em sete cidades do estado.

As investigações revelaram que o grupo ocupa uma área privada em Nova Brasilândia D'Oeste desde 2021. Para camuflar as atividades ilícitas, os suspeitos utilizavam uma associação de produtores rurais como fachada. A organização, segundo a polícia, possuía uma divisão clara de tarefas, com núcleos responsáveis pela coordenação da invasão, vigilância armada da área e venda ilegal de lotes, mantendo a ocupação mes-



mo após ordens judiciais de reintegração de posse.

Além da grilagem, a operação busca responsabilizar os envolvidos por graves crimes contra o meio ambiente, como desmatamento, intervenções indevidas em Áreas de Preservação Permanente (APP) e a extração ilegal de madeira. O objetivo das

buscas é coletar dispositivos eletrônicos, armas, munições e documentos que comprovem a comercialização clandestina dos terrenos e o funcionamento do bando.

Pela natureza armada da organização, a operação envolve um aparato robusto, contando com o apoio da Coordenadoria de Operações e

Recursos Especiais (Core) da Polícia Civil, do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) da Polícia Militar, além da Secretaria de Estado da Segurança (Sesdec) e da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental (Sedam).

As diligências ocorrem de forma simultânea nos seguintes municípios:

Nova Brasilândia D'Oeste
Urupá
Cacoal
Ji-Paraná
Alvorada do Oeste
Rolim de Moura
Castanheiras

Com informações da Polícia Civil RO

**Fonte: Francisco Rodrigo/
News Rondônia**

Polícia Militar desarticula ponto de venda de drogas em RO



Uma operação da Polícia Militar de Ji-Paraná resultou na prisão de um homem suspeito de comandar um ponto de tráfico de drogas no bairro Boa Esperança. A ação, realizada na manhã

desta quinta-feira (16), ocorreu após intensificação do patrulhamento na Rua Alagoas, motivada por diversas denúncias anônimas sobre a movimentação intensa de usuários na residência moni-

torada.

Ao perceberem a presença da guarnição, dois indivíduos que estavam em frente ao imóvel fugiram em direção a uma área de pastagem e não foram capturados.

Na residência, os militares abordaram o proprietário e uma mulher que estava hospedada temporariamente. Durante a revista detalhada no quintal, os agentes localizaram uma balança de precisão, diversos aparelhos celulares e quantidades significativas de pasta base de cocaína e maconha, prontas para a comercialização.

Além das drogas e da balança, a equipe apreendeu dinheiro em espécie e um simulacro de arma de fogo. De acordo com relatos colhidos, o objeto era utilizado rotineiramente pelo suspeito para intimidar frequentadores do imóvel.

A mulher encontrada no local afirmou aos policiais que a droga pertencia ao morador. Ela relatou, ainda, viver sob constante ameaça

e ser alvo de intimidações com o simulacro, um bastão de beisebol e uma lanterna de choque. A testemunha denunciou que o suspeito teria agredido seu filho, que possui transtorno mental, com o bastão de beisebol um dia antes da operação policial.

O suspeito confessou a propriedade dos entorpecentes e foi conduzido à Unidade Integrada de Segurança Pública (UNISP), onde permanece à disposição da justiça. Todo o material apreendido foi entregue à autoridade policial para os procedimentos de investigação e continuidade do inquérito.

**Com informações de
Comando 190**

**Fonte: Francisco Rodrigo/
News Rondônia**



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE NOVA MAMORÉ**

**Superintendência de Licitações e Contratos
AVISO DE PREGÃO**

PRESENCIAL Nº02/2026 SRP. 17

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº418/SEMUSA/2026
A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ, através de seu Pregoeiro, designado pela Portaria 363/GP/2026, e em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar na forma do disposto nos termos do § 2º e § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, Pregão em sua forma Presencial, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de Participação Exclusiva MEI, ME e EPP e Ampla Concorrência e Cooperativas e Decretos Municipais nº 7899 e Decreto nº. 7.893, de 22 de dezembro de 2023, especificações técnicas complementares e quantitativos descrito no Edital e seus anexos.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA Contratação de empresa especializada em fornecimento de Recarga de gás de cozinha (GLP) 13 KG e vasilhame completo, com a finalidade de atender as necessidades das Secretarias Municipais pertencentes ao Município de Nova Mamoré-RO, conforme especificações no Termo de Referência.

A sessão pública será realizada às 10:00 horas, do dia 31 de julho de 2026 na Sala de Reuniões, sito na Avenida Dom Pedro I, nº 7096 – João Francisco Clímaco, para recebimento das propostas e documentos de habilitação. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Rondônia (RO).

O valor estimado para a contratação de R\$ 348.318,40 (trezentos e quarenta e oito mil, trezentos e dezoito reais e quarenta centavos).

Nova Mamoré, 17 de julho de 2026.

SILVIO FERNANDES VILLAR

Pregoeiro

Portaria. Nº 363/GP/2026



**Estado de Rondônia
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO
ADITIVO DE PRAZO E VALOR**

CONTRATO Nº: 59/2025

PROCESSO Nº: 768/2025

CELEBRAÇÃO: 16/07/2026

PARTES: Município de Nova União/RO inscrito no CNPJ sob nº 00.699.197/0001-07 e os locadores empresa Sr. Mizael Moret e a Sra. Mariza Perpetua Moret. INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Saúde.

OBJETO: Locação de Imóvel, situado na Rua Araras, nº 1205, Lote 0326, Quadra 019, Setor 02 Nova União/RO, que será destinado à Locação de Imóvel com fim não residencial para funcionamento da Unidade Básica de Saúde (UBS).

PRAZO DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir de 18 de julho de 2026.

VALOR: O valor do contrato passa a ser R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Nota de Empenho Ordinário Nº 1040/2026 de 15/07/2026.

Nova União - RO, 16 de julho de 2026.

João José de Oliveira

Prefeito



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026/SLC
PROCESSO Nº. 3405/SEMED/2025**

O Município de Buritis-RO, através de sua pregoeira designada pela Portaria 264/GAB/PMB/2025, torna pública a realização da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço (por item). Tendo como objeto: Aquisição de televisores e caixas de som, de valor estimado: R\$ 35.552, (trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais). Início da sessão pública virtual será às 10h00min do dia 31/07/2026 (Horário de Brasília-DF), endereço www.licitanet.com.br (LICITANET). Obtenção gratuita do edital nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp, www.licitanet.com.br, <http://www.buritis.ro.gov.br> ou diretamente na prefeitura no endereço: Rua São Lucas, nº 2476, setor 06. Telefone: (69) 9 9991-2637 no Horário: 07h30 às 13h30 ou por solicitação via e-mail cpl@buritis.ro.gov.br. Buritis – RO, 17 de julho de 2026.

Verônica da Silva Apolinário
Pregoeira



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2026/SLC
PROCESSO Nº. 1854/SEMMAS/2026**

A Prefeitura Municipal de Buritis, através de sua pregoeira designada pela PORTARIA 264/GAB/PMB/2025, torna Público para conhecimento dos interessados e em especial às empresas que obtiveram o Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 50/2026 que tem como objeto: Locação de 02 (dois) caminhões acoplados com compactadores de lixo de no mínimo 15m³ (quinze metros cúbicos) de capacidade. que o certame licitatório está SUSPENSO "SINE DIE". A Suspensão se deu em virtude da análise dos pedidos de impugnação e de alterações necessárias ao edital e seus anexos.

Buritis/RO, 17 de Julho de 2026.

Verônica da Silva Apolinário
Pregoeira



**Estado de Rondônia
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 39**

TERMO DE FOMENTO Nº: 03/2026

PROCESSO Nº: 294/2026

CELEBRAÇÃO: 16/07/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO/RO inscrito no CNPJ sob nº 00.699.197/0001-07 e a empresa Associação Agropecuária dos Criadores de Tarilandia (AACT), CNPJ (MF) sob nº 30.864.331/0001-30.

INTERVENIENTE: Secretaria municipal de planejamento, coordenação, administração e fazenda SEM-PLACAF.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a aprovação do Plano de Trabalho atualizado da parceria e a alteração do valor global do Termo de Colaboração nº 03/2026, permanecendo inalterados o objeto, as metas, a finalidade pública e as demais condições originalmente pactuadas.

VALOR: O valor global é de R\$ 537.800,00 (Quinhentos e Trinta e Sete Mil E Oitocentos Reais).

Nota de Empenho Ordinário Nº 1897/2026 de 15/07/2026

Nova União - RO, 16 de julho de 2026

João José de Oliveira
Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRIMAVERA DE RONDÔNIA
QUINTO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 31/2022**

PROCESSO: Nº 1243/2022; Contratante: Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia, CNPJ: 84.723.030.0001-16. Contratado: VOLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.817.702/0001-50, sediada na rua Rosulino Ferreira Guimarães, nº 839, Setor Central, na cidade de Rio Verde/GO. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OPERAÇÃO DE SISTEMA DE CARTÕES, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E PEÇAS, PNEUS E CÂMARAS DE AR EM GERAL. Fica portanto, através do presente Aditivo, aditivado o valor do contrato em mais R\$ 929.521,94 (novecentos e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos), conforme as cláusulas quarta e quinta do objeto do contrato. As demais condições do Contrato serão mantidas no presente Termo Aditivo, de acordo com a legislação pertinente e que não contrariem o interesse público.

Lucas Nunes da Silva
Prefeito



**32 Anos
LIGUE
3311-3714**

**Divulgação de Editais,
Pedidos de Licença Ambiental
e outras Publicações Legais**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANDEIAS DO JAMARI - RO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2026/SML/PMCJ/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1896/2026**

A Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO através da Superintendência Municipal de Licitação – SML e da equipe de licitação nomeada pela Portaria n. 030/2025, está licitando na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa para futura e eventual prestação de serviços (LOCAÇÃO DE VEÍCULO - CAMINHONETE/ SUV/ LEVE HATCHBACK), visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - PMCJ/RO por um período de 12 (doze) Meses, conforme Termo de Referência. Valor Estimado RS 196.135,85 (cento e noventa e seis mil e cento e trinta e cinco reais e cinquenta centavos). Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Método De Disputa: ABERTO. Fica PRORROGADO O PRAZO da data de Abertura para o dia: 03 de Agosto de 2026 as 10h00m. (DF). Local para retirada do edital e Endereço Eletrônico: <https://www.licitanet.com.br>; portal transparência da Prefeitura Municipal e PNCP. Candeias de Jamari – RO, 17 de julho de 2026

RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA

Pregoeira/SML/PMCJ/RO

Portaria n. 030/2025



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Contratação**

**Av. Governador Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro
Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO -**

www.defensoria.ro.def.br

AVISO

**AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026/DPE-RO**

A Defensoria Pública do Estado de Rondônia, através de sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 3359/2025/DPG/DPERO de 03 de novembro de 2025, publicado no D.O.E. nº 1571 – ano VII, do dia 03 de novembro de 2025, torna público a REABERTURA de prazo da licitação supracitada:

PARTICIPAÇÃO: Ampla Participação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI: 3001.100394.2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador instalado no Prédio-Sede da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço, com adjudicação global.

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.

VALOR ESTIMADO: R\$ 23.188,20 (vinte e três mil cento e oitenta e oito reais e vinte centavos).

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 04/08/2026 as 09h00min (Horário de Brasília – DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br – Código UASG: 926224

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: Presencialmente das 07h30min às 13h30min (Horário de Rondônia) na sede da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, situada à Avenida Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho – RO, ou, gratuitamente no endereço eletrônico www.gov.br/compras ou <https://transparencia.defensoria.ro.def.br/licitacoes/>.

MAIORES INFORMAÇÕES: licitacao@defensoria.ro.def.br e telefone (69) 99348-3068.

Porto Velho - RO, 17 de julho de 2025.

IVONE CORREIA DOS SANTOS
Pregoeira

**A Gazeta de
Rondônia
Edições Diárias**

Setores atingidos por tarifaço dos EUA terão novo plano de socorro

O governo federal anunciou nesta quinta-feira (16) que retomará o programa de apoio aos setores empresariais atingidos pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos (EUA). Ontem, o Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR, na sigla em inglês) confirmou uma tarifa adicional de 25% em parte dos produtos brasileiros alegando supostas práticas “desleais” no comércio por parte do Brasil.

O governo brasileiro rejeita as justificativas usadas para a taxaço. As novas tarifas passam a valer a partir do dia 22 de julho.

“O governo, a partir de agora, tem como prioridade atender e apoiar esses setores por essa injusta, indevida e ilegal tarifação que nos foi imposta”, afirmou o ministro Márcio Elias Rosa, titular da pasta Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), durante coletiva de imprensa, em Brasília, ao lado do vice-presidente Geraldo Alckmin e de outros ministros, incluindo Dario Durigan, da Fazenda.

Segundo Rosa, os exportadores mais atingidos desta vez são os setores de madeira, máquinas e equipamentos elétricos, móveis e mobiliários, produtos cerâmicos, calçados e açúcar. Eles deverão contar com linha de crédito para capital de giro, investimentos e com apoio para escoamento de produtos a outros clientes e países.

Estimativas da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), vinculada ao MDIC, apontam um total de 2,4 mil empresas nacionais diretamente atingidas pelo tarifaço, que respondem, juntas por cerca de 18% das exportações brasileiras com destino aos EUA, o que corresponde a transações estimadas de US\$ 7,4 bilhões,



na comparação com números de 2024.

Prejuízo

No ano passado, esses mesmos setores já haviam reduzido para US\$ 5,5 bilhões o volume total de exportações aos norte-americanos. Mais da metade da pauta de exportações do Brasil aos EUA, como carnes, café, óleos e itens de aviação, foi poupada da taxaço por decisão norte-americana desta vez.

A participação dos EUA nas exportações brasileiras, que era de 12,1%, até o ano passado, caiu para 9,4% em 2026, e o governo continuará a fomentar uma política de diversificação de mercados para esses produtos, afirmou Márcio Elias Rosa.

O vice-presidente Geraldo Alckmin, ex-ministro do MDIC e um dos negociadores brasileiros com os EUA, afirmou que, a partir de agora, o governo vai estudar formas de aplicar a Lei da Reciprocidade.

Aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional, a norma estabelece critérios para suspensão de concessões comerciais em resposta a ações, políticas ou práticas unilaterais de outro país que

impacte negativamente a competitividade econômica do Brasil.

“Nós temos uma lei, a lei da reciprocidade, aprovada por unanimidade no Congresso Nacional, e o governo, no momento adequado, saberá como implementá-la”, disse Alckmin, que chamou o novo tarifaço de “injusto” e “descabido”.

Interferência externa

O ministro da Fazenda classificou a decisão dos EUA com uma interferência externa indevida.

“É inadmissível, do ponto de vista do governo, ter essa interferência externa, seja ela política, econômica, seja ela uma forma qualquer para afugentar e constranger o Brasil, as famílias brasileiras, os empresários e os trabalhadores brasileiros”, disse Dario Durigan.

Segundo o ministro, todas as alegações dos EUA são falsas e não se sustentam em dados concretos.

De acordo com Durigan, o tarifaço não afetará a estabilidade macroeconômica do país e as medidas de socorro que serão tomadas pelo governo deverão ser linhas de crédito em montantes inferiores aos do ano

passado, já que a lista de exceções ao tarifaço está maior desta vez.

Pix

Entre os pontos questionados pelos norte-americanos, nas diversas rodadas de negociação desde o ano passado, está o Pix, o sistema brasileiro de transferências e pagamentos eletrônicos, criado pelo Banco Central (BC).

Durante a coletiva de imprensa, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, foi enfático ao dizer que o Pix não se sustenta como motivo para o tarifaço, e que empresas norte-americanas de cartão de crédito, que estão entre as principais do mercado, não foram diretamente afetadas.

“Seria mais ou menos como tentar dizer que, ao criar o saneamento básico, prejudicou a receita de quem tem caminhão pipa. Por mais estapafúrdio que possa parecer esse argumento, nem ele se comprovou verdade. Analisando o que aconteceu efetivamente, a partir da implementação do Pix, o mercado de cartão de crédito cresceu 150%. Quem perde espaço são os che-

ques e o dinheiro físico, o que é absolutamente desejável para todos”.

A investigação iniciada há um ano pelo USTR concluiu que certas práticas brasileiras são descabidas e oneram ou restringem o comércio de agricultores, trabalhadores, inovadores e exportadores estadunidenses.

Entre as medidas citadas pelo governo norte-americano estão “práticas de comércio digital e serviços de pagamento eletrônico; tarifas preferenciais injustas; interferência anticorrupção; proteção da propriedade intelectual; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal”.

Em outras das alegações por parte do governo dos EUA contra o Brasil, estariam o aumento do desmatamento e o comércio ilegal de madeira.

Os dois dados foram classificados de falsos e sem fundamento técnico pelo ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco. Ele lembrou, por exemplo, que a redução do desmatamento na Amazônia foi de 50% nos últimos três anos.

Concurso da Câmara de Ariquemes oferece salários de até R\$ 5,9 mil e abre inscrições em 20 de julho

A partir das 9h do dia 20 de julho, os interessados poderão se inscrever no concurso público da Câmara Municipal de Ariquemes. O prazo segue aberto até 18 de agosto de 2026, às 22h59 (horário de Rondônia), exclusivamente pela internet. O certame oferece oportunidades para provimento de cargos efetivos e formação de cadastro de reserva, contemplando profissionais de níveis médio e superior que desejam ingressar no serviço público municipal.

Com salários que variam de R\$ 1.821,38 a R\$ 5.907,53, além de benefícios previstos em lei, como vale-alimentação e plano de saúde, o concurso busca reforçar o quadro permanente do Poder Legislativo de Ariquemes, atendendo à demanda por profissionais em diferentes setores administrativos e técnicos.

As vagas abrangem áreas estratégicas da estrutura da Câmara, incluindo administração, apoio legislativo, comunicação, tecnologia da informação, licitações e contratos, contabilidade, controladoria e procuradoria jurídica. A jornada de trabalho prevista para os cargos é de 30 horas



semanais, proporcionando uma carga horária compatível com diferentes perfis profissionais.

A organização do concurso ficará sob responsabilidade do Instituto Nosso Rumo, instituição especializada na realização de processos seletivos em todo o país. As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente pela plataforma da banca organizadora, www.nosso-rumo.org.br, dentro do período estabelecido no cronograma oficial.

Os candidatos de nível médio pagarão taxa de inscrição de R\$ 72,00, enquanto os concorrentes aos cargos de nível

superior desembolsarão R\$ 103,00. O pagamento poderá ser efetuado até o dia 19 de agosto de 2026.

O edital também assegura a possibilidade de solicitação de isenção da taxa para candidatos que atendam aos critérios previstos na legislação. Além disso, estão garantidas as reservas de vagas destinadas às pessoas com deficiência e aos candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas, em conformidade com a legislação vigente.

Todo o processo seletivo, incluindo requisitos para investidura nos cargos, conteúdo pro-

gramático, critérios de avaliação, cronograma, documentação exigida e demais regras, está detalhado no edital oficial. A recomendação é que os candidatos façam uma leitura completa do documento antes de efetivar a inscrição, evitando contratempos durante as etapas do concurso.

A Câmara Municipal reforça ainda a importância de acompanhar os comunicados oficiais ao longo da seleção, já que eventuais atualizações, convocações e publicações serão divulgadas pelos canais oficiais da banca organizadora e do Legislativo municipal.

Serviço

Inscrições: de 20 de julho (9h) até 18 de agosto de 2026 (22h59)

Taxas: R\$ 72,00 (nível médio) e R\$ 103,00 (nível superior)

Pagamento da taxa: até 19 de agosto de 2026

Escolaridade: níveis médio e superior

Salários: de R\$ 1.821,38 a R\$ 5.907,53

Jornada: 30 horas semanais

Benefícios: vale-alimentação e plano de saúde, conforme legislação municipal.

O edital e demais informações estão disponíveis no site www.nosso-rumo.org.br.

AMATUR

Compre sua passagem on-line
www.amatur.com.br



+de 20
destinos
pela Amazônia

**Viaje mais,
viaje de Amatur!**